

GÊNERO, BIOPOLÍTICA E RELAÇÕES DE PODER: A FUNDAMENTALIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO PARA MULHERES

Valesca Brasil Costa¹, Geraldo Antônio da Rosa²

Chanauana de Azevedo Canci³

Resumo

Abordamos questões de gênero e biopolítica, relacionando-os e estabelecendo as políticas de educação como mecanismos de empoderamento feminino diante das relações de poder. Revisitamos a história das mulheres na sociedade e o domínio exercido pelo Estado ao longo do tempo sobre a comunidade feminina, limitando e impedindo seu acesso à espaços fundamentais, em momentos decisivos na construção social. Por meio de políticas educacionais é possível resguardar as mulheres, promovendo sua afirmação enquanto sujeitos proativos socialmente. Neste ensaio teórico, propomos uma reflexão sobre o papel das políticas na articulação e execução de ações direcionadas ao acesso à educação pelas mulheres. Consideramos essencial o incentivo à organização feminina, conscientização da história de exclusão e submissão social, e com isso, a articulação de movimentos em prol dos direitos e defesa das conquistas das mulheres, para exigir do ente estatal políticas públicas educacionais contributivas e efetivas quanto ao seu acesso à educação e profissionalização.

Palavras-chave: Biopolítica; Políticas de educação; Educação para mulheres.

GENDER, BIOPOLITICS AND POWER RELATIONS: THE FUNDAMENTALITY OF PUBLIC EDUCATION POLICIES FOR WOMEN

Abstract

We approach gender and biopolitics issues, relating them and establishing education policies as mechanisms of female empowerment in the face of power relations. We revisit the history of women in society and the domination exercised by the State over time over the female community, limiting and preventing their access to fundamental spaces, at decisive moments in social construction. Through educational policies it is possible to protect women, promoting their affirmation as socially proactive subjects. In this theoretical essay, we propose a reflection on the role of policies in the articulation and execution of actions aimed at women's access to education. We consider it essential to encourage women's organization, awareness of the history of

¹ Doutora e Mestre em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Graduada em Direito e Filosofia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Professora da UFPel.

² Doutor em Teologia pela Faculdade Escola Superior de Teologia (EST), com Pós-Doutorado pela Universidade Carlos III-GETAFE-Comunidade de Madri – Espanha. Professora da Universidade de Caxias do Sul (UCS).

³ Doutoranda em Educação pela Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões, (URI). Bolsista CAPES.



exclusion and social submission, and with that, the articulation of movements in favor of women's rights and defense of achievements, to demand from the state entity contributory and effective public educational policies regarding their access to education and professionalization.

Keywords: Biopolitics; Education policies; Education for women.

1. Introdução

Este artigo propõe realizar uma análise acerca das questões de gênero em tempos de biopolítica, levando em consideração as acepções sociais, econômicas e culturais que permeiam a contemporaneidade. Intencionamos, promover um estudo interdisciplinar, trabalhando com duas temáticas que mantêm uma relação muito próxima, uma vez que envolvem a noção das relações de poder e suas dinâmicas sociais.

Inicialmente, cabe destacar que utilizamos ao longo do texto o termo “mulheres”, no plural, para designar a necessidade histórica de reparação quanto à limitação imposta à categoria mulher/feminino. Com isso, evidenciamos a multiplicidade e diversidade de mulheres, para que o artigo contemple a todas, em aspecto amplo, representando, portanto, as mais distintas mulheres que vivenciam os mais variados processos de dominação e opressão.

Diante disso, quando falamos em biopolítica e em sua interdisciplinaridade com os estudos sobre gênero, estamos considerando a relação entre as mulheres e o poder do Estado como gerente de sua condição feminina. Mais do que relacionar esses dois campos e demonstrar porque estão interligados, objetivamos fomentar o debate quanto às políticas públicas de educação enquanto mecanismos e/ou instrumentos primordiais para o empoderamento e inserção social das mulheres, em especial para as mulheres latino-americanas.

Empoderamento este, que no próprio sentido da palavra, já faz alusão ao ato de dar poder a alguém. Dessa forma, Berth (2018) declara que este é o primeiro obstáculo para a aplicação do empoderamento, ao considerar que alguns estudos e estudiosos não compreendem como se dá o processo de “dar” poder, especialmente quando nos referimos a grupos minoritários ou marginalizados, sendo o empoderamento instrumento de causa e efeito, inferindo nos processos democráticos, políticos e sociais, especialmente àqueles que não o detêm.

Parte desta análise integrou estudo pós-doutoral em educação, tendo sua discussão sido revisada e ampliada em uma nova perspectiva de estudo. Trata-se de uma pesquisa de natureza qualitativa, circunscrevendo-se no campo do materialismo histórico, propondo uma reflexão crítico-dialética, baseada em revisão de literatura. Abordamos três temas relacionados entre si, quais sejam,

biopolítica, gênero e políticas públicas de educação, reforçando matrizes históricas com vistas ao contexto contemporâneo.

2. Algumas considerações sobre biopolítica e gênero

Ao dedicar este espaço para abordar a biopolítica, é importante salientar, de antemão, o quanto a temática “política” é há muito abordada, desde que o filósofo Aristóteles considerou que o ser humano é um ser político naturalmente e que a criação e organização da “Pólis” era algo necessário. Com essa colocação, percebemos a existência direta do Estado como um ente que desempenha uma função de controle para com seus membros, e que esse exercício mantém uma relação direta com a noção de governo.

Aristóteles nos considerou animais racionais e políticos, e em sua obra “A política”, destacou como função indispensável da Pólis (cidade-Estado) a realização plena do homem como dotado de razão e como cidadão. Cabe destacar que “homem” não significava raça humana, humanidade, mas homem no sentido de gênero masculino, em que as mulheres não tinham a oportunidade de tal protagonismo, pois não eram consideradas cidadãs.

Sabemos que toda cidade é uma espécie de associação, e que toda associação se forma tendo por alvo algum bem; porque o homem só trabalha pelo que ele tem conta de um bem. Todas as sociedades, pois, pressupõem qualquer lucro — sobretudo a mais importante delas, pois que visa a um bem maior, envolvendo todas as demais: a cidade ou sociedade política (Aristóteles, 2017, p. 17).

Assim, a noção propriamente dita e denominada como “biopolítica”, foi talhada por Foucault, em suas célebres aulas no Collège de France, em Paris:

Foucault, como professor na disciplina de História dos Sistemas do Pensamento, no Collège de France, em Paris, ministrou treze cursos entre 1970 e 1984. Talvez um dos mais notáveis seja o curso proferido no ano de 1979, intitulado “Nascimento da biopolítica”. Nesse curso, o tema escolhido foi biopolítica — a forma como se tentou, desde o século XVIII, racionalizar os problemas propostos à prática governamental, através dos seres vivos constituídos em população (Valeirão; Oliveira, 2010, p. 134).

O termo “biopolítica”, de pronto, emerge a noção de relação com o momento de neoliberalismo e, conseqüentemente, com as implicações deste modelo econômico. Não destacamos apenas as relações de trabalho, que envolve a noção de classe, mas também as de gênero, conforme analisaremos oportunamente.

A noção de domínio econômico de um país perante outro se dá há muito tempo, e isso fica evidente no processo de colonização da América Latina, em que, o processo chamado de “progresso”, careceu que os ditos países mais desenvolvidos trouxessem para a América Latina, junto com a exploração de

recursos naturais, escravidão e imposição de uma sociedade patriarcal, a herança da desigualdade social.

Acerca do contexto de desigualdade na América Latina, expõe Rosa (2018, p. 67):

[...] observa-se tamanho contexto de desigualdade social na América Latina, uma vez que, os países que a compõem foram (e ainda são) perversamente explorados. Essa nefasta exploração a que fomos submetidos encontra-se presente de forma palpável em nossa estruturação econômica, social, política e cultural.

É justamente a partir dessa narrativa, que observamos que, quando falamos em biopolítica, existe nesse conceito uma relação que exige uma leitura aprofundada, pois diante de relações de poder, existem também relações contraditórias, em que de um lado, o Estado garante algo aos seus entes, e por outro, cobra algo de seus membros (Bazzicalupo, 2017).

Em suma, o termo “biopolítica” foi designado por Foucault (2008), como a forma pela qual o poder tendia a se modificar (no século XIX e início do século XX), de maneira que as práticas disciplinares utilizadas antes, visavam governar o indivíduo. Com a atualização sobre o estudo do tema, a noção de biopolítica deixou de estar relacionada unicamente às práticas disciplinares individuais, adotando, como alvo, o conjunto dos indivíduos, ou seja, a população no geral e não mais um ente isolado.

Laura Bazzicalupo, em sua obra “Biopolítica: um mapa conceitual”, retrata essa questão ao declarar que,

[...] desde esta nueva legitimidad de carácter marcadamente teológico, se sustituye el intercambio liberal por la competencia neoliberal. Si en el siglo XVIII la función del poder estatal era el correcto desarrollo de intercambio, en el siglo XX el gobierno neoliberal entiende que la función del Estado queda reducida. La población deviene un sujeto de necesidades y objeto de intervención gubernamental (Bazzicalupo, 2017, p. 28).

Assim, se os ditos países colonizadores alegavam que tinham algo a oferecer aos colonizados, em contrapartida, são os colonizados que cederam suas riquezas naturais — e até mesmo sua soberania. Com isso, instalou-se uma elite branca e patriarcal, que dentre um dos principais instrumentos de controle social, contava justamente com a educação, como se constata a seguir:

Analisando-se o processo de educação do Continente, observa-se que, ao longo de sua história, as minorias privilegiadas sempre tiveram acesso às melhores escolas nos diferentes níveis de ensino, o que fez com que a educação formal se tornasse elitizada. Porém, ao lado de uma educação oficial, a partir das lutas e das organizações populares, as classes excluídas criaram seus próprios currículos educacionais, sendo inúmeras as experiências de Educação Popular em nosso Brasil, bem como em outros países deste Continente (Rosa, 2013, p. 128).

Ressaltamos a contribuição de Gadelha (2013), ao retratar a forma de poder disciplinar das sociedades. O autor considera nessas relações de poder, a grande sustentação se dá pelo que chama de “corpos-organismos” dos indivíduos. Em outras palavras, indica que enquanto os sujeitos encontram-se adestrados, de modo a se tornarem submissos à governamentalidade, são considerados úteis à produção capitalista. Essa condição implica em procedimentos e mecanismos estatais aptos a realizarem esse processo, ou seja, ações capazes de incidir sobre os indivíduos a ponto de controlá-los.

Para se chegar a tal objetivo, utiliza-se de certa vigilância hierárquica, por meio da qual, essa lógica de dominação emerge da própria sociedade, o que acaba por garantir, conseqüentemente, sua efetividade. Efetivação esta que não se dá pela repressão ostensiva, mas por meio da implementação de uma superexposição. Isto é, pela demonstração de que os indivíduos estão constantemente sujeitos a um controle que sutilmente inibe o seu agir, não apenas em sua relação de trabalho e atividade, mas um controle identitário e comportamental (Gadelha, 2013).

Sem ocorrer rupturas históricas entre as práticas típicas de uma ação de exclusão e as práticas típicas de uma ação de reclusão, a inclusão se estabeleceu como uma forma produtiva e econômica de cuidado com a população e, especificamente, com cada indivíduo que a compõe. No que a partir do final do século XX e início do século XXI passou-se a chamar de inclusão, estão implicadas formas mais sutis e politicamente corretas de exclusão e de reclusão (Rech, 2013, p. 211).

As rupturas históricas necessárias para que se deixe de camuflar inclusão como mais exclusão e reclusão, apoiadas por Tatiana Rech (2013), tem direta relação com a forma de controle, em que Judith Butler (2013), traz importantes contribuições ao pautar a normalização e amoldamento dos corpos femininos, tendo como base os interesses políticos e econômicos. Além disso, destaca as intervenções de poder soberano do Estado, diante de políticas públicas e demais regulamentos que reafirmam os lugares e espaços definidos como pertencentes aos homens e não às mulheres.

Historicamente, o corpo feminino foi território ocupado, tanto na esfera pública como na privada. Diante do contexto de biopolítica contemporânea, há uma intervenção nessa “ocupação”, qualificando, transformando e hierarquizando as mulheres como objetos de experiência, que podem ser facilmente manipulados, domesticados, diante de sua maior vulnerabilidade.

Acerca desse processo de dominação, destaca Rotania (2000, p. 23), o papel dos movimentos feministas: “até que ponto nós mulheres conhecemos o projeto contemporâneo vigente, se somos coniventes por omissão ou ignorância ou decididamente demandamos a igualdade de participação no seu desenvolvimento e sucesso”. O que nos faz refletir sobre a necessidade de uma profunda análise crítica sobre o projeto biopolítico que se impõe sobre a vida das

mulheres e de que forma age/atua como um instrumento de poder e de delimitação de seu exercício.

Nesse mesmo sentido, a coerência imposta nas relações de poder é sempre masculina. O que se refere ao feminino é ocultado, apagado, ficando às escuras da construção do sexo masculino, utilizada em linguagem neutra, sem enaltecer a participação feminina, que passa a ser nada mais que um reflexo do homem (Butler, 2013).

Analizando essa relação havida entre dominantes e dominados, devemos considerá-la em uma perspectiva de gênero, em que o fator feminino e masculino contava com gritantes disparidades, quanto à sua inserção dentro do Estado:

[...] embora não aprofunde a natureza das relações de gênero no início da sociedade capitalista, observa-se que o fator sexo também estava articulado na divisão social do trabalho e na estruturação e regulação do modo de vida e trabalho da sociedade moderna, que vai se constituindo a partir da colonização da América (Araújo, 2019, p. 148).

A partir do enfatizado pelo autor, cabe destacar que, historicamente, temos que, quando uma força de ação se dá, poderá nascer uma outra força de reação a esta. É o que ocorre quando observado o antes exposto, ou seja, esse é o papel das lutas sociais contra o capitalismo. É nessa situação biopolítica que o acesso à educação se torna instrumento catalisador do jogo de poder entre dominantes e dominados. É preciso compreender que a educação desempenha uma função também de dominação, uma vez que pode libertar, mas também subordinar.

À medida que o capitalismo se consolida, as lutas sociais vão deixando de ser apenas subsistência e surgem concepções alternativas dos direitos. A educação volta a ser pensada pelas classes dirigentes como mecanismo de controle social. Os teóricos da economia política a recordam para evitar desordens [...] Justifica-se a necessidade da educação em função da divisão do trabalho (Gohn, 2012, p. 17).

Essa passagem teórica se intensifica, em especial quando adaptamos à realidade do acesso à educação por parte das mulheres, ou seja, a educação como mecanismo essencial para a construção e solidificação de seu empoderamento e inclusão social. Daí a importância das políticas públicas de educação que amparem essa necessidade.

A relação *educação / políticas públicas / empoderamento feminino* tem relação tanto com conhecimentos voltados à informação e cultura, quanto com a conscientização de formação para a cidadania, que engloba aspectos de formação social e política.

Para pensarmos no que seria o “empoderamento feminino”, é primordial conhecer, mesmo que sucintamente, sobre o termo, que parte da palavra

"*empowerment*", que por sua vez, vem de "*power*". O termo foi criado para a defesa das prerrogativas de grupos minoritários, buscando reconhecimento e autonomia. Vejamos uma definição sobre empoderamento, aplicado às mulheres:

O conceito de empoderamento feminino surgiu de críticas e debates gerados pelo movimento das mulheres durante a década de 1980, quando as feministas, especialmente no que era então conhecido mais amplamente como "terceiro mundo" (antes do termo "sul global" ter ganhado notoriedade), se viram cada vez mais descontentes com os modelos em grande medida a políticos e econômicos na maioria das intervenções de desenvolvimento (Batliwala, 2018, n.p.).

O empoderamento, portanto, nada mais é do que um processo pessoal e político, que conforme definido por Silva e Silva (2020), mantém dimensões que não são podem estar desvinculadas de conotações políticas e da impugnação de relações de poder — que não são vividas somente nas relações familiares, mas que são parte da ordem social. Com isso, "o empoderamento feminino deve ser priorizado como transformação de estruturas de subordinação, ou seja, como um processo de emancipação das mulheres e da sociedade atual" (p. 94).

Diante disso, a proposta deste estudo se justifica, uma vez que trabalha especificamente com a relação de poder existente sobre as mulheres e, como consequência, sobre sua atividade na sociedade — seja no espaço privado, seja no espaço público. Relação de poder esta, exercida pelo Estado, que pleiteia para si as rédeas que personificam o que é ou não permitido para as mulheres. Ao estudar a história e trajetória percorrida pelas mulheres na luta pela igualdade de direitos, percebemos, infelizmente, não se tratar de fatos isolados, tampouco, ultrapassados.

Ao pensar no conceito de gênero como algo relativamente recente e em constante construção, cabe salientar (para que não se esqueça) que durante muito tempo, a comunidade feminina foi alvo das mais variadas formas de dominação.

A luta das mulheres para sua inserção na sociedade, para ocupar espaços iguais e alcançar o empoderamento social é vívida em nosso meio, e uma forma de demonstrar que esse caminho foi trilhado muito antes, e em condições muito mais díspares do que as que encontramos atualmente, é enaltecer mulheres como Olympe de Gouges, pseudônimo de Marie Gouze, dramaturga, ativista política, feminista e abolicionista francesa, que em meio à Revolução Francesa, destacava a necessidade de que os direitos de cidadania — um dos moles da própria Revolução — levassem em consideração direitos também às mulheres.

Entretanto, é preciso que se destaque que, quando se revisita a história das mulheres, é extremamente difícil traçar uma linha do tempo de sua atuação, uma vez que, tendo as mulheres muito tempo ficado à margem da história da sociedade, muito se perdeu e se omitiu sobre seu protagonismo na sociedade.

Nesta oportunidade, salientamos o quanto nosso país precisa investir recursos na preservação desse tipo de registro, uma vez que, conforme considerou Michelle Perrot, em sua obra “Minha História das Mulheres” (2007), há uma enorme carência em arquivos sobre a trajetória feminina, o que se torna um significativo empecilho ao se revisitar a história das mulheres e, conseqüentemente, escrever sobre elas.

Para escrever a história, são necessárias fontes, documentos, vestígios. E isso é uma dificuldade quando se trata da história das mulheres. Sua presença é frequentemente apagada, seus vestígios, desfeitos, seus arquivos, destruídos. Há um déficit, uma falta de vestígios. Inicialmente, por ausência de registros na própria língua. A gramática contribui para isso. Quando há mistura de gêneros, usa-se o masculino plural: “eles” dissimula “elas”. No caso de greves mistas, por exemplo, ignora-se o número de mulheres (Perrot, 1992, p. 21).

A luta pelo protagonismo das mulheres sobre suas próprias vidas não fica isolado na França, como destacamos brevemente. Aqui no Brasil, não podemos olvidar a figura da educadora brasileira Nísia Floresta (1832), que defendia o acesso das mulheres à educação, como instrumento fundamental para que o país fizesse parte dos chamados países desenvolvidos.

Enquanto pelo velho e novo mundo vai ressoando o brado — emancipação da mulher — nossa débil voz se levanta, na capital do Império de Santa Cruz, clamando: educai as mulheres! Povos do Brasil, que vos dizeis civilizados! Governo, que vos dizeis liberal! Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? Em todos os tempos, e em todas as nações do mundo, a educação da mulher foi sempre um dos mais salientes característicos da civilização dos povos (Floresta, 1853, p. 2).

Embora tenham se estabelecido muitos grupos de pesquisa e estudos sobre a temática que conceitua e valida o conceito de gênero ao longo dos anos, essa temática passou (e passa) perpassou diversas teorias e autores, não se limitando a um espaço geográfico, até chegar ao Brasil, como salienta Margareth Rago (1998, p. 89):

Em junho de 1990, logo após defender o doutorado com trabalho sobre história da prostituição no Brasil, participei de um encontro feminista em Nova Iorque, onde ouvi pela primeira vez, as discussões em torno das relações de gênero. No Brasil, iniciamos em seguida — Adriana Piscitelli, Elisabeth Lobo, Mariza Corrêa e eu — um grupo de estudos de gênero, com o firme propósito de constituirmos futuramente um núcleo de pesquisa.

Assim, tomamos como referencial para os estudos sobre “gênero”, o trabalho de Rago (1998), que considera que as diferenças biológicas entre homens e mulheres existem e toma como base para esse estudo a construção

social e cultural das diferenças sexuais, de maneira que o argumento de superioridade pela força física não deve justificar uma suposta inferioridade por parte da mulher.

Utilizar a categorização “sexo” para trabalhar as relações de poder entre homem e mulher, entre o masculino e feminino, definitivamente não é suficiente, recaindo em questões puramente biológicas e essencializações próprias, inerentes ao controle sobre os corpos — o que desmerece o caráter histórico de construção dos papéis sociais exercidos e protagonizados por mulheres (Butler, 2013). Nesse mesmo sentido, enaltece Guacira Louro (1997, p. 21), sobre o quanto

[...] é necessário demonstrar que não são propriamente as características sexuais, mas a forma como essas características sexuais são representadas ou valorizadas, aquilo que se diz ou ouse pensar sobre elas que vai constituir, efetivamente, o que é feminino ou masculino em dada sociedade, em um dado momento histórico.

A definição propriamente dita do conceito sobre gênero, tal como a conhecemos hoje, começou a tomar forma mais especificamente durante a década de 1990, com a estudiosa do tema, Joan Scott.

Embora durante muito tempo “gênero” tenha sido usado para designar unicamente o contexto das diferenças biológicas entre o sexo feminino e masculino, Scott se tornou um marco na temática, a partir de sua escrita “Gênero: uma categoria útil da análise histórica” (1995). Na obra, gênero foi empregado centrando sua essência não nas determinações biológicas e sim no caráter social das diferenças entre os sexos.

Mais recentemente — demasiado recente para que pudesse encontrar seu caminho nos dicionários ou Encyclopedia of Social Sciences — as feministas começaram a utilizar a palavra “gênero” mais seriamente, num sentido mais literal, como maneira de se referir à organização social da relação entre sexos (Scott, 1995, p. 5).

Por meio dessas breves considerações acerca da formação do conceito de gênero, que aos poucos passou a implicar mais do que uma diferença biológica para representar o caráter social que difere homens e mulheres, gostaríamos de frisar que muito ainda há que se visitar na história a respeito da participação das mulheres em sociedade.

Contudo, de pronto fica evidente a necessidade de se reivindicar não só essa dívida que o passado tem ao ter deixado as mulheres à margem da história, mas também de buscar que o Estado nos dias atuais, através de políticas públicas, em especial de educação, incentive e promova, de forma efetiva, ações e programas voltados ao empoderamento feminino.

3. Diálogos entre biopolítica, questões de gênero e acesso à educação

É interessante iniciar destacando, que ainda na introdução deste artigo, justificamos que, ao falar sobre biopolítica, está contido neste conceito uma noção direta de exercício de poder, em especial no que se refere ao exercício de poder por parte do Estado para com o conjunto de indivíduos que o compõem.

Assim, se realizada uma leitura mais atenta ao que se refere às questões envolvendo a relação das mulheres e sua participação estatal, se percebe que historicamente coube às mulheres um espaço periférico diante do Estado, e que muitas vezes, sua história foi omitida, apagada e perdida da história da humanidade, de maneira que nos dias de hoje revisitar a história das mulheres e garimpar material sobre seu vestígio se torna extremamente difícil.

Shiroma, Moraes e Evangelista (2004) investigaram o uso corrente do termo “política” como prenúncia de uma multiplicidade de significados, presentes nas múltiplas fases históricas do Ocidente. Em sua acepção clássica, deriva de um adjetivo originado de “Pólis” (que vem de politikós), referindo-se a tudo que diz respeito à cidade e, por conseguinte, ao urbano, ao civil, ao público e ao social.

Desse modo, pensando na influência e poder de dominação exercidos durante séculos na vida e história das mulheres, cerceando e limitando sua participação ativa na dinâmica política do Estado, temos uma relação direta da ação estatal enquanto articuladora de projeto e implementação de ações, em especial de educação, que se reflete diretamente através de políticas públicas.

O acesso à educação pelas mulheres faz parte do rol de direitos sociais e, portanto, se torna alvo das políticas públicas estatais, de maneira que a instrução e conscientização da necessidade de ocupação por mulheres em espaços sociais antes não permitidos, se dá através desse caminho. Ao longo da história, a educação teve um papel fundamental nessa realização, percebendo-se uma guinada na posição ocupada pelas mulheres no espaço público da sociedade.

Se as características físicas determinavam as possibilidades criadas pelas posições públicas e a genética masculina intimidava e determinava o poder, essas noções baseadas em superioridade física deveriam ser ultrapassadas, abordando as diferenças entre homens e mulheres tendo por base as noções de caráter social e psicológico, como abordamos no decorrer desta escrita. As mulheres começaram a se destacar no campo da educação, estando presentes em maior número, e dominando as aulas e também a possibilidade de conhecimento, o que as levaria, mais tarde, à formação de organizações em sua defesa.

Em relação a homens e mulheres ocuparem cargos ou funções semelhantes, cabe destacar que ainda hoje, embora seja “permissiva” a presença profissional de mulheres em todos os espaços, sua remuneração — não raras vezes — é inferior à dos homens em mesma situação profissional. Sobre isso, considera Tambara (1998, p. 36):

Neste sentido é que entendemos que um outro fator interferiu na relação: a “feminização” do magistério e sua consequente “feminilização”. O magistério primário tornou-se coisa de mulher. Houve uma fetichização da atividade fazendo-a incorporar o caráter improdutivo do trabalho doméstico, em nossa sociedade tradicionalmente associado à mulher e, portanto, sem o valor de troca que o faria reconhecido em uma sociedade capitalista.

Além disso, quando se aborda a educação também se refere à interferência do Estado no acesso à educação por parte das mulheres. Essa é uma questão que está intimamente relacionada com demandas de política pública de educação:

Igualmente me intriga la opción por las políticas públicas como acciones divorciadas del movimiento de las mujeres, porque implica que dejemos de estar entre nosotras y pensar qué es política para las mujeres. La conversión de algunas mujeres feministas en expertas al interior de programas de cooperación internacional o de los diversos gobiernos de América Latina o, aun, en el Foro Social Mundial de Porto Alegre, llamados de políticas públicas, ha sido acompañada de una brutal descalificación de la mirada que, desde nuestra realidad sexuada (Gargallo, 2004, p. 13).

Sendo visível a relação entre políticas públicas de educação e o acesso pela comunidade feminina, com sua consequente instrução e busca por seus direitos, tanto no que se refere à educação quanto à entrada no campo de trabalho, foram fatores fundamentais no rompimento de condições limitantes, até então impostas.

É interessante considerar que justamente uma das primeiras portas profissionais que se abriram para as mulheres, esteve relacionada com a educação: o magistério. A entrada das mulheres no mercado de trabalho e, conseqüentemente, sua maior inserção social, é tema muito pesquisado e, no caso específico do Brasil, o magistério mostrou-se um campo fértil para a atuação feminina — o que não quer dizer, entretanto, que represente uma boa remuneração para essas mulheres.

Não muito diferente da atualidade, a educação pública no Brasil sempre manteve problemas crônicos, como a falta de infraestrutura nas escolas, a precariedade de materiais empregados ao ministrar aulas, e também a ausência de professores capacitados e com boa formação para o exercício da profissão.

Em nosso país, assim como em tantos outros, apesar de a atividade docente ter sido iniciada por homens, foi se perdendo o interesse por parte deles em lecionar, uma vez que o comércio e outras atividades profissionais mostravam-se mais rentáveis. Outrossim, a atividade docente, por envolver crianças, poderia ser desenvolvida pelas mulheres, que tinham “por natureza” mais jeito e trato com as questões familiares, sendo “naturalmente” educadoras:

Vale lembrar que a atividade docente, no Brasil, como em muitas outras sociedades, havia sido iniciada por homens — aqui religiosos, especialmente jesuítas, no período compreendido entre 1549 e 1759. [...] Outras vozes surgiram para argumentar na direção oposta, afirmando que as mulheres tinham “por natureza”, uma inclinação para o trato com as crianças, que elas eram as primeiras e “naturais educadoras”. Portanto, nada mais adequado do que lhes confiar a educação escolar dos pequenos (Louro, 2004, p. 450).

Se por um lado, as mulheres adentraram no mercado de trabalho pelo magistério, também foi-se garimpando motivos que justificassem seus salários serem menores. Da mesma forma, essas ações contribuíram para uma tardia organização enquanto entidade de classe, na busca por legislações específicas que amparassem e resguardassem os direitos das professoras.

Louro (2004, p. 450) complementa, ao observar essa situação em seu estudo sobre “Mulheres na sala de aula”:

A partir de então passam a ser associadas ao magistério características tidas como “tipicamente femininas”: paciência, minuciosidade, afetividade, doação. Características que por sua vez, vão se articular à tradição religiosa da atividade docente, reforçando ainda a ideia de que a docência deve ser percebida como um “sacerdócio” do que uma profissão. Tudo foi muito conveniente para que se constituísse a imagem das professoras como “trabalhadoras dóceis, dedicadas e pouco reivindicadoras”, o que serviria futuramente para lhes dificultar a discussão de questões ligadas a salário, carreira, condições de trabalho, etc.

Uma vez que a educação — e neste caso, tomamos como exemplo o exercício da profissão docente, que também deve ser tido como capital cultural adquirido — representa um marco fundamental quanto à instrução de mulheres, para que tivessem consciência de seu papel como sujeitos ativos e atuantes na sociedade, capazes de buscar a completa participação social e cidadã, adquirindo e exercendo direitos.

Passamos a destacar outro exemplo, que relaciona a importância de movimentos sociais organizados com a educação escolar para mulheres, evidenciando-se como política pública de educação em prol do empoderamento feminino. Ressaltamos o papel que os movimentos sociais têm, ao fazer uma ação de reação ao poder estatal, que vinha impondo aos seus membros, e no caso deste estudo, às mulheres, o cerceamento ao acesso à educação.

4. Movimentos sociais e educação de mulheres em assentamentos no Rio Grande do Sul

Podemos dizer que, do ponto de vista teórico, o vínculo entre a propriedade privada da terra, a organização do trabalho e as relações sociais

(seja sobre classe, gênero, entre outros) e de poder no campo, em sua interrelação com a origem, a natureza e o contexto da luta social dos movimentos sociais, vem sendo um objeto de reflexão para muitos estudiosos. No entanto, ao nosso ver, ainda se apresenta como uma questão para estudo. Sem a pretensão de apreender toda a construção histórica sobre a questão referida, todavia, motivados pela experiência social, buscamos analisar estas ligações a partir de um ponto específico: a educação.

Assim, na sequência, anunciamos o quão é interessante fazer um recorte e estudar o papel da educação, em especial a educação das mulheres que fazem parte dos movimentos sociais, ou seja, como se dá o acesso a esse instrumento de empoderamento feminino tão relevante, que é a educação. Abordando especificamente os movimentos sociais brasileiros, o objetivo da educação é justamente buscar a igualdade e respeito entre homens e mulheres.

Isso demonstra a relevância de reconhecer as desigualdades que homens e mulheres vivenciam e ir criando novas possibilidades de relações e ir organizando os espaços de participação política em que as mulheres estejam equiparadas com os homens, propiciando que nessas relações, ambos os sexos possam internalizar novos valores, novas atitudes e posturas de vida (Araújo, 2019, p. 160).

Assim, a educação é instrumento básico para que se quebre com esse ciclo de preconceito, bem como de marginalização, que expõe a comunidade feminina a todo tipo de violência, seja física, moral, psíquica e/ou financeira. Para isso, a elaboração de um aparato legal que proteja as mulheres é fundamental, objetivo constantemente em pauta e meta a ser alcançada:

Os movimentos entendem que a libertação da mulher se dará dentro de um processo maior de emancipação humana. Que a emancipação política-formal dentro da sociedade capitalista não pode levar à emancipação humana, pois a propriedade privada e apropriação privada da riqueza criam as bases das relações desiguais de poder entre homens e mulheres; entre grupos e classes. Assim, de igual modo será necessário redistribuir a terra, os bens e as riquezas para impulsionar as transformações e, por fim, as relações desiguais, a subordinação da mulher ao homem, e a exploração de uma classe por outra (Araújo, 2019, p. 162).

Buscando fazer uma leitura mais local, ou seja, abordando a educação de acordo com os movimentos sociais na região sul do país, evidenciamos a obra "Resgate do processo histórico e cultural das raízes da comunidade de assentados do Município de Arroio Grande", de autoria de Claudenir Bunilha Caetano.

A obra apresenta a caracterização e reflexões sobre a historicidade de vida da comunidade de quatro assentamentos no Município de Arroio Grande: Assentamento Chasqueiro; Assentamento da Estiva; Assentamento Potreiro da Torre e Assentamento Santana. O estudo foi subsidiado pelos anseios das

comunidades, que demonstraram interesse em documentar suas trajetórias de luta pela terra, para que seus filhos soubessem valorizar as conquistas sociais que obtiveram no futuro.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental 11 de Setembro – Primeira Conquista, de Arroio Grande/RS), por meio de seu Conselho Escolar, sensibilizado com o ideal das comunidades, se propôs a resgatar não só sua origem como também a do público que atende. Chamou-nos a atenção o fato de que, embora não houvesse um capítulo específico sobre as mulheres e a relação com a educação nesse espaço, as próprias alunas usaram do espaço escolar para revisitar as memórias de pessoas que fizeram parte e construíram a comunidade, de maneira que há um subtítulo nomeado como “Alunas premiadas”, que registrou o destaque de duas alunas que participaram de um concurso de redação, com a produção de documentários. Um deles retratou a vida e trajetória escolar de uma das mulheres, moradora do Assentamento Chasqueiro:

[...] queremos destacar duas alunas, uma que participou do concurso de redação “Tempo de Escola” promovido pela parceria da empresa Votorantim Celulose (Votorantim pela educação), Roberta de Witt Moreira, e a aluna Eduarda Galho dos Santos, do 8º ano do Ensino Fundamental foi premiada na edição de 2011, ao falar sobre o Projeto de Implementação de Conteúdos Sanitários, promovido pela Secretaria Estadual de Agricultura, do Estado do Rio Grande do Sul. No concurso Tempo de Escola, em 2010 foi premiada a aluna Roberta de Witt Moreira, de 11 anos, cursando o 6º ano, também do Ensino Fundamental, escrevendo sobre as lembranças de vida escolar de Dona Ivone, assentada no Assentamento Chasqueiro. A história que a aluna Roberta conta é a de Dona Ivone, esposa do seu Adão Rodrigues, Zelador da Escola na época (Caetano, 2019, p. 89).

É interessante destacar que no trabalho realizado pela aluna, ao revisitar o período escolar de outra assentada (no caso, Dona Ivone), foi possível evidenciar que, embora hoje se tenha dificuldade no acesso pelas mulheres assentadas à educação, não diferente dos demais alunos assentados, há no relato, a valorização pelo acesso às gerações futuras à educação:

Dona Ivone conta parte da sua vida escolar, que segundo ela, difere da atual realidade, cita o transporte escolar existente, que em sua época ia para escola a pé ou a cavalo; a não existência de merenda para as crianças, sendo que cada criança tinha que levar de casa o seu lanche, geralmente pão, café, batata doce, frutas, entre outros alimentos que dispunham no dia. A Senhora Ivone relembra com muito carinho da professora da 1ª série, que marcou sua vida escolar. Recorda do seu nome, professora Olmarina Godoi Pinto. Diz que a mestra era extremamente carinhosa e incentivadora dos alunos. Embora Dona Ivone tivesse estudado só até a 4ª série, sempre priorizou o estudo dos filhos (Caetano, 2019, p. 90).

Também merece destaque, no que se refere ao relato anterior, que embora não saibamos os motivos que levaram Dona Ivone a não ter dado sequência a seus estudos, para que pudesse alcançar conhecimentos para além da 4ª série, sabemos quais eram as principais motivações na época, em geral. Exemplo disso, eram as condições sociais impostas pelo patriarcado e o lugar à margem da sociedade oferecido à maioria das mulheres do campo e também da cidade, o que provavelmente se somou às dificuldades de transporte, alimentação e outras por ela consideradas em sua narrativa.

A partir de relatos de experiência como esse, é possível perceber como o tema em estudo se adéqua como interdisciplinar, em que biopolítica, gênero e educação andam juntos, pois é evidente que a biopolítica, que resumidamente seria o exercício do poder estatal na vida dessas mulheres, durante muito tempo teria elaborado regras a fim de cercear ou limitar a participação feminina em postos de decisão e de poder dentro do próprio Estado e em todas as relações sociais.

Esse poder de dominação, que recai sobre as mulheres, seja pelo Estado, seja pelos próprios homens legitimados por este ente, se trata do patriarcado em exercício. E, por sua vez, é preciso que se rompa com esse ciclo, sendo a educação e seu acesso por parte das mulheres um instrumento fundamental e também libertador.

5. Considerações finais

Por meio dessa breve contextualização sobre a noção de biopolítica e questões de gênero, buscamos evidenciar como a educação exerce um papel fundamental como mecanismo de empoderamento da mulher. A biopolítica enquanto exercício de poder sobre determinados sujeitos (e que pode se dar através da ação do Estado), foi desempenhada, durante largos anos, sem contar com a participação ativa feminina em suas decisões. Logo, hoje é preciso que se reconsidere o papel do Estado, e que através de políticas públicas de educação, possa se articular, projetar e executar ações direcionadas ao acesso das mulheres à educação como instrumento fundamental de empoderamento.

Da mesma maneira, é preciso incentivar a organização entre as mulheres, para que tomem consciência de sua história de exclusão e submissão social. Com isso, buscamos incitar a articulação dos movimentos em prol dos direitos e defesa das conquistas, para exigir do ente estatal políticas públicas educacionais contributivas e efetivas quanto ao acesso à educação e profissionalização para a comunidade feminina. É essencial que as mulheres, cada vez mais, ocupem espaços de tomada de decisão, com participação ativa em todas as esferas, empoderando-se dos rumos de suas próprias vidas, inspirando e demonstrando ser possível para outras mulheres, o exercício pleno de cidadania e democracia, quando as vozes presentes são ouvidas e levadas em consideração.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Djacira Maria de Oliveira. **Pedagogia do Movimento Sem Terra e relações de gênero**: incidências, contradições e perspectiva em movimento. Marília: Lutas anticapital, 2019.

ARISTÓTELES. **A política**. Tradução de N. S. Chaves. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2017.

BATLIWALA, Srilatha. Devolvendo o poder ao empoderamento. **Open Democracy**: Free thinking for the world. 2007. Disponível em: https://www.opendemocracy.net/en/putting_power_back_into_empowerment_0/. Acesso em: 29 set. 2023.

BAZZICALUPO, Laura. **Biopolítica**: um mapa conceptual. São Leopoldo: UNISINOS, 2017.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BUTLER, Judith. Inversões sexuais. In: PASSOS, Izabel Friche (Org.). **Poder, normalização e violência**: incursões foucaultianas para a atualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 64-81.

CAETANO, Claudenir Bunilha. **Resgate do processo histórico e cultural das raízes da comunidade de assentados do Município de Arroio Grande**. Arroio Grande, 2019.

FLORESTA, Nísia. **Direitos das mulheres e injustiças dos homens**. Recife: Typographia Fidedigna, 1832.

FLORESTA, Nísia. **Opúsculo humanitário**. Rio de Janeiro. Typographia de M. A. Silva Lima, 1853.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da biopolítica**. Tradução de E. Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

GARGALLO, Franchesca. **Ideas feministas latinoamericanas**. México: Creatividad Feminista, 2004.

GOHN, Maria da Glória. **Movimento sociais e educação**. São Paulo: Cortez, 2012.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das Mulheres no Brasil**. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004. p. 443-481.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Tradução de D. Bottmann. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

RAGO, Margareth. Descobrimos historicamente o gênero. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 11, p. 89-98, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/863446> 5. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROSA, Geraldo Antônio da. **Educação e emancipação no pensamento latino-americano**. Caxias do Sul: EDUCS, 2018.

ROSA, Geraldo Antônio da. Educação popular em assentamento do Movimento dos Sem-Terra: inclusão, vez e voz dos segmentos populares. **Educação Temática Digital**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 127-144, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.20396/etd.v15i1.1298>. Acesso em: 10 abr. 2023.

ROTANIA, Alejandra Ana. Formas atuais de intervenção no corpo das mulheres. In: FARIA, N.; SILVEIRA, M. L. (Orgs.). **Mulheres, corpo e saúde**. São Paulo: SOF, 2000. p. 21-42.

SCOTT, Joan W. O gênero como categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Petrópolis, v. 20, n. 2, p. 71-99, jul./dez. 1995. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/viewFile/71721/40667>. Acesso em: 10 abr. 2023.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Cecília Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

SILVA, Maria Leidiane Araújo; SILVA, Ana Caroline Pereira da. Educação e empoderamento feminino de alunas em Queimadas-PB, Brasil. **Open Minds International Journal**, vol. 1, n. 2, p. 93-116, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.47180/omij.v1i2.54>. Acesso em: 19 set. 2023.

TAMBARA, Elomar Antonio Callegaro. Profissionalização, escola normal e feminilização: magistério sul-riograndense de instrução pública no século XIX. **História da Educação**, Pelotas, v. 2, n. 3, p. 35-57, abr. 1998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30720>. Acesso em: 10 abr. 2023.



VALEIRÃO, Kelin; OLIVEIRA, Avelino da Rosa. Biopolítica na educação. **Revista Diálogo**, Canoas, n. 17, p. 133-147, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Diálogo/article/view/64/83>. Acesso em: 10 abr. 2023.

Recebido em: 02 de junho de 2023.
Aceito em: 16 de novembro de 2023.
Publicado em: 03 de janeiro de 2024.